

vulnerabilidade financeira do país. A revalorização do *yen*, nos últimos meses, encareceu os empréstimos que alavancam os investimentos no Brasil. A demolição dos “mercados emergentes”, Brasil incluído, está em curso.

P- O Brasil efetivamente está em melhores condições econômicas do que em 1998 para enfrentar essa crise?

R- Para valorizar a real importância “protetora” das reservas bancárias, teria que se conhecer o endividamento internacional dos bancos e de suas entidades financeiras. Em janeiro de 2008, o Brasil teve uma fuga de capitais de quase três bilhões de dólares, no meio da crise cinco bilhões saíram pelo ralo em um curto lapso de tempo. O *circuit break* da Bolsa funcionou diversas vezes; o governo já usou R\$ 150 bilhões para socorrer os bancos. A garantia que sustentava os negócios financeiros no Brasil era o crescimento dos preços das matérias-primas (*commodities*), acentuado desde inícios de 2008. Mas há um consenso internacional de que mais de 30% desses preços respondeu a operações especulativas alentadas pela desvalorização do dólar. Todos os dados conjunturais da bonança brasileira estão se derretendo.

P- Qual a saída para a crise? A intervenção nos mercados pode ajudar a resolver a questão?

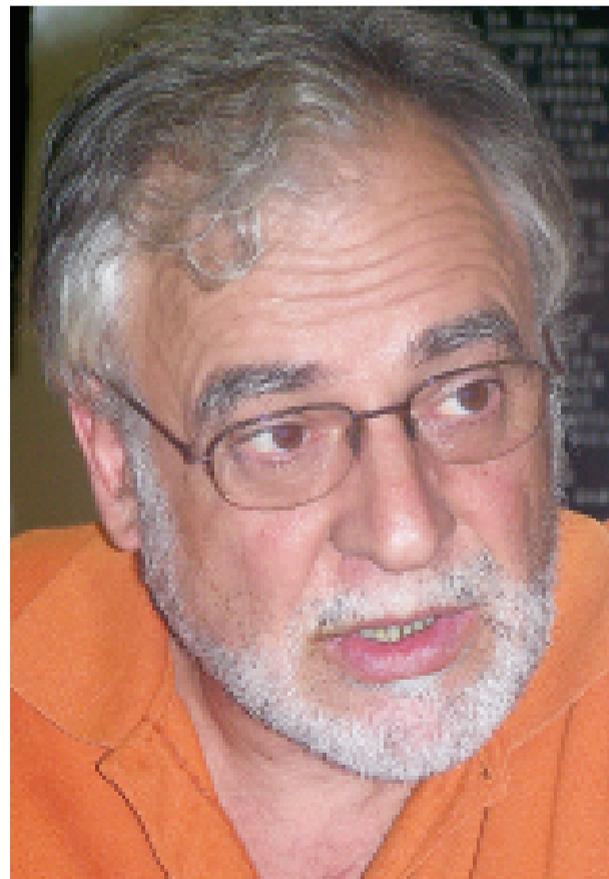
R- Até o momento, as medidas contra a crise têm sido tomadas em separado pelos governos implicados. Reino Unido, Alemanha, Bruxelas, Holanda, Luxemburgo, França e Islândia anunciaram a nacionalização de bancos. Os governos de Irlanda e Dinamarca agiram garantindo depósitos e créditos e intermediando fusões e vendas de instituições. Este tipo de nacionalização parcial temporária, que é chamado de “injeção de *equity*”, é a solução defendida por vários economistas. E é também a solução preferida de Ben Bernanke, o presidente do Fed. O plano de Bernanke-Paulson chegou a ser repudiado nos Estados Unidos por resgatar com fundos públicos os banqueiros. O famoso pacote de US\$ 700 bilhões de Bush virou café pequeno perto do que os decadentes capitalistas europeus anunciaram. A Inglaterra? 1,3 trilhão de dólares. Com isso, Gordon Brown, seu primeiro-ministro, transformou-se no grande herói dos capitalistas em todo o mundo. A Alemanha de Angela Merkel? 850 bilhões. A França? Quase 500 bilhões. Holanda? Mais de 270 bilhões. No fim da fila, o ridículo Estado português que não conseguiu liberar mais do que 20 bilhões de Euros (27 bilhões de dólares) para os banqueiros lusitanos. Os recursos dos megapacotes serão desviados dos Tesouros nacionais para estatização de fatias enormes de bancos e financeiras. Os EUA de Bush, seguindo o modelo de Gordon Brown, anunciaram a liberação de US\$ 250 bilhões para a estatização de boa parte dos grandes bancos de Wall Street. Mas o plano americano, por exemplo, permitiu evitar a queda do banco de investimentos Morgan Stanley, que finalmente foi adquirido a preço de banana pelo grupo japonês Mitsubishi UFJ Financial Group Inc. Está em curso um processo de reconcentração do capital, em escala mundial. E põem suas esperanças na China, que também será engolida pela crise. Henry Paulson, secretário do Tesouro americano, declarou: «Os EUA têm interesse em que a China permaneça próspera e estável, queremos que a China se transforme em co-responsável do sistema internacional». O capital apela para o “salva-vidas chinês”, comandado pelo... Partido Comunista. Os preços das ações chinesas vinham batendo recordes

astronômicos até outubro de 2007. Entre outubro de 2006 e outubro de 2007, auge do ciclo, as ações em Xangai e em Shenzhen subiram aproximadamente 200%. Mas, quando começaram a cair, não se recuperaram mais. As duas sofreram uma pesada desvalorização, que se acelerou este ano, quando foi queimado aproximadamente um terço do capital cotado nas duas bolsas. A desvalorização do capital na China e demais “economias de baixo custo” da Ásia poderia ser rapidamente interrompida pelos seus capitalistas sem alimentar a espoleta da crise planetária? Isso é praticamente impossível. Também querem adotar medidas regulatórias para o mercado de derivativos, considerado o maior responsável pela atual derrocada do sistema financeiro. O diretor-executivo da ISDA (Associação Internacional de Trocas e Derivativos), Robert Pickel, disse que *ninguém* (ninguém mesmo!) conhece o valor exato de derivativos voando pelo mercado. Até porque, na imensa maioria dos

“Todos os dados da bonança brasileira estão derretendo”

casos, trata-se de um contrato privado entre duas partes. Um exemplo sobre como há controvérsia são as estatísticas divulgadas pela ISDA e pelo BIS (Banco para Compensações Internacionais), organização internacional que centraliza dados financeiros mundiais para todos os bancos centrais. Nas tabelas do ISDA, o

valor de contratos derivativos em dezembro do ano passado era de US\$ 454,5 trilhões. Já nas estatísticas do BIS, o valor era de US\$ 596 trilhões. Como seja, o PIB mundial não ultrapassa US\$ 50 trilhões! Economistas considerados “de esquerda” se pronunciaram em favor do pacote americano, porque ele tentaria travar uma crise financeira com conseqüências sobre o mundo todo. Os mais honestos (alguns nem são de esquerda) mostraram, ao contrário, que esse pacote não é apenas ineficiente, mas tem em vista salvar somente os banqueiros. A preocupação das autoridades norte-americanas tem consistido em comprar ativos ilíquidos do sistema financeiro, privatizando os lucros e socializando as perdas.



“A China também será engolida pela crise”

Paulson está sendo chamado de socialista! Outros acusam o pacote de não tratar do problema da brutal descapitalização sofrida pelas instituições financeiras. Estas, depois de haverem visto cerca de 16 trilhões de dólares dos recursos de seus clientes serem torrados na fogueira das bolhas especulativas, estão sem condições de ofertar o crédito que a economia (capitalista) necessita para funcionar. As estatizações capitalistas visam salvar o capital do próprio capital, nas costas dos trabalhadores, através de demissões, congelamento de salários, da miséria em todas as suas formas. A restauração das clássicas crises catastróficas do século XIX (só que agora com um potencial de destruição mil vezes maior) não poderia ser completa sem a presença do desabastecimento e da elevação a nível proibitivo para a maioria das pessoas dos preços dos alimentos de base (a chamada “crise alimentar”). Há outra saída: nacionalizar sem indenização os bancos, todo o sistema financeiro e o comércio externo; estabelecer o controle do câmbio; proibir férias coletivas e demissões e distribuir as horas de trabalho; terminar com o saque do pagamento da dívida pública (interna e externa); aumentar de imediato salários, aposentadorias e pensões. Com este programa poderíamos unir os trabalhadores de toda a América Latina, e transformar a crise em um fator de colaboração e unidade da classe operária e do campesinato latino-americanos.

P- Em todo esse processo onde foi parar a “mão invisível do mercado”?

R- Ela nunca existiu sem a mão bem visível do Estado, para criar as condições históricas da acumulação de capital, nos seus primórdios (como demonstrou Marx n’*O Capital*, no capítulo consagrado à acumulação capitalista primitiva), e para salvar o capital de suas próprias contradições mortais, como na crise de 1929 e agora. A empreitada de inaudita centralização do capital financeiro no Estado levará rapidamente para uma onda de protecionismos nacionais e isolacionismos que aumentarão a temperatura das relações internacionais a graus insuportáveis. A conseqüência será um descontrole bélico que derivaria da indissolúvel unidade entre economia do imperialismo e guerra mundial em um quadro de aumento do protecionismo econômico entre as nações (como na década de 1930). Além do mais, o abafamento da crise do crédito privado logo se manifestará na forma muito mais corrosiva de crise do crédito público. Os economistas do sistema acham que podem restaurar a paz no mercado de crédito privado destruindo o crédito público. Pagarão caro por isso, a história (imediate) sancionará o voluntarismo dos que acreditam que se pode inundar o mercado com papel moeda sem nenhuma conseqüência posterior na economia, processo que logo encontrará seu limite fiscal, na forma de um incontrolável déficit público. Para a explosão desse déficit nos próximos meses agirá não apenas o aumento descomunal das despesas fiscais com os atuais mega-pacotes de salvamento dos bancos e outras empresas privadas, mas, simultaneamente, agirá a não menos descomunal redução das receitas fiscais motivada por uma abrupta queda do nível de atividade econômica em todo o mundo. Os capitalistas das economias dominantes logo receberão a fatura da “farra keynesiana”. É preciso acabar com o capital e, para isso, acabar com o Estado capitalista, substituindo-o pela república dos trabalhadores, condição prévia da passagem para o socialismo da humanidade, que é o exato oposto do “socialismo dos banqueiros”.